

representa avaliação crítica significativamente original, inclusive dos pressupostos epistemológicos dessa corrente, com base nos critérios da metateoria, constituindo já obra indispensável ao estudioso da matéria. Não creio exista mesmo na língua inglesa, assim como em francês, ou alemão, obra tão abrangente, clara e original como abordagem ao mesmo tempo descritiva e crítica sobre o tema. A lamentar, o que infelizmente constitui lacuna na grande maioria de obras científicas publicadas no Brasil, a ausência de índices onomásticos e analíticos de tanta utilidade em livros dessa categoria.

Sebastião Vila Nova
Fundação Joaquim Nabuco

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 116 p.

A consagração, no mundo anglo-americano, do significado do termo cultura como “um todo complexo que abarca conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem como integrante da sociedade”, na célebre formulação de Edward B. Tylor, em *Primitive Culture* (1871), diversa da acepção dominante no ambiente intelectual da França e da Alemanha, no qual, de acordo com a conceituação de Humboldt, o termo diz respeito ao estágio de desenvolvimento do saber científico e humanístico, assim como das artes e da moral “em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes”, representou uma inquestionável revolução no estudo científico do comportamento humano. Foi em torno do conceito de cultura que, no mundo acadêmico anglo-americano, notadamente por conta da liderança de Franz Boas, a partir da Universidade de Columbia, durante mais de quatro décadas, desde a sua admissão naquela universidade em 1899, que não só a Antropologia, mas, igualmente, a Sociologia, desenvolveram-se como ciências do social.

É através da conceituação de cultura difundida no universo intelectual anglo-americano que a Antropologia desfere o golpe de misericórdia nos determinismos dominantes, até os fins do século XIX,

como presumíveis explicações dos fenômenos sociais – o determinismo biológico, instrumento de justificação do arianismo eurocêntrico e do direito de dominação dos povos ditos exóticos pelas nações européias, e o determinismo geográfico, sem excluir o determinismo economicista da doutrina social de Marx e Engels.

Não há, dessa maneira, como subestimar a importância do conceito de cultura como instrumento conceitual para uma melhor compreensão da espécie humana e das suas formas específicas de sociabilidade. Daí, igualmente, a relevância de obras didáticas sobre o tema, como o opúsculo do antropólogo Roque de Barros Laraia, *Cultura – um conceito antropológico*, de inquestionável utilidade, principalmente ao estudante de ciências sociais, sem, no entanto, excluir quem quer que pretenda inteirar-se do significado e das implicações desse conceito.

Publicado originalmente em 1986, o trabalho de Laraia tem já, compreensível e merecidamente, uma carreira de sucesso, estando já na sua 11ª tiragem (embora, como é costume consagrado no nosso meio editorial, a editora registre, incorretamente, o termo “edição” em lugar de “tiragem”). Entre os inquestionáveis méritos do opúsculo de Laraia, antropólogo ilustre no meio acadêmico brasileiro, estão a habilidade didática, a clareza e o poder de síntese como rastreia o desenvolvimento do conceito de cultura, desde os seus antecedentes mais remotos, desde o indefectível Michel de Montaigne até os antropólogos contemporâneos, como, por exemplo, Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss, passando por Boas e os seus discípulos mais notáveis – Ruth Benedict, Alfred Kroeber, Ralph Linton, entre outros –, sem deixar de lado clássicos europeus obrigatórios do passado, como Edward B. Tylor e Marcel Mauss.

Estruturado em duas partes – “Da natureza da cultura ou da natureza à cultura” e “Como opera a cultura” –, o texto de Laraia compreende onze capítulos, através dos quais o leitor pode acompanhar, com facilidade, o desenvolvimento do conceito de cultura nos domínios da Antropologia científica (diversa da Antropologia Filosófica, é oportuno distinguir), através da discussão, sempre clara e pertinente, de tópicos como “Antecedentes históricos do conceito de cultura”, “Idéias sobre a origem da cultura”, “A cultura condiciona a visão de mundo do homem”, “A cultura interfere no plano biológico”, “Os indivíduos participam diferentemente de sua cultura”, “A cultura

tem uma lógica própria”, entre outros temas, concluindo com dois interessantes anexos, um dos quais, o tão difundido texto de Linton sobre difusão cultural.

Há que ressaltar, no entanto, que perpassa toda a obra um panculturalismo exacerbado, sem concessões, pois, se é inegável que o conceito antropológico de cultura significou um *turning point* no estudo da sociedade humana e, portanto, na própria compreensão do humano no que este possui de específico, por outro lado, não há como negar que, surgindo como contestação ao evolucionismo, e aos determinismos biológico e geográfico, sem ignorar o reducionismo economicista, o conceito de cultura terminou por conduzir a Antropologia e a Sociologia à substituição dos velhos reducionismos por um novo reducionismo, compreensivelmente fascinante quando situado no contexto do qual emergiu: o reducionismo culturalista.

Se é compreensível o entusiasmo dos antropólogos e sociólogos dos fins do século XIX e do início deste século, como visão nova heurísticamente promissora da sociabilidade própria da espécie humana; se é inquestionável a predominância do processo de endoculturação para a formação da personalidade e o conseqüente desenvolvimento da sociabilidade específica do animal humano, não parece justificável, na atualidade, quando tanto e tão apropriadamente se tem chamado a atenção para a necessidade do desenvolvimento de abordagens transdisciplinares da realidade, inclusive a da sociedade humana, ignorar o fato de que a sociabilidade da nossa espécie constitui antes um complexo biossociocultural, e não apenas sociocultural. Ao que a inquietação crescente entre cientistas sociais, subjacente à tão discutida “crise de paradigmas” na atualidade, nos leva a crer ser merecedora, mais do que nunca, de atenção, a observação de Linton, em tom profético, de que se pode dizer com segurança que os próximos poucos anos testemunharão o aparecimento de uma ciência da conduta humana que sintetizará as descobertas da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia”, acrescentando que: “A esta trindade será provavelmente acrescentada a Biologia no curso devido do tempo”, embora admita que “a relação entre fenômenos biológicos e fenômenos psicológicos, sociais e culturais é ainda tão pobremente compreendida que mais seguro parece omiti-la presentemente.” (LINTON, Ralph. *Cultura e personalidade*. Trad. Oscar Mendes. São Paulo: Mestre Jou, 1967. p. 18).

Se, no entanto, é compreensível a cautela de Linton ao referir-se à necessidade de sua associação à Psicologia, à Sociologia e à Antropologia para uma melhor e mais abrangente, – ou holística, como está em moda qualificar-se as tentativas de abordagens transdisciplinares – compreensão da sociabilidade da espécie humana, os tempos são outros, e os progressos nas pesquisas dos fenômenos genéticos e – por que não? – da Sociobiologia, à qual os cientistas sociais têm o dever, em nome do próprio espírito científico, de estarem mais atentos – já obrigam os sociólogos e antropólogos a uma visão mais crítica – e, *ipso facto*, autocrítica – e relativizadora do conceito de cultura. E o fato de que o livro de Laraia destina-se a iniciantes não justifica a omissão dos problemas que o desenvolvimento recente de outros ramos do saber científico sobre o comportamento humano representam para o lugar do conceito de cultura nesse campo do conhecimento.

Sebastião Vila Nova
Fundação Joaquim Nabuco

SOKAL, Alan, BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais – o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Trad. Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999. 316 p.

Jaques Lacan, Julia Kristeva, Luce Irigaray, Bruno Latour, Jean Braudillard, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Paul Virilio, Jean-François Lyotard – quem ousa afirmar que, sob o sinuoso discurso de pensadores de tão alta reputação, nada mais existe do que puro *nonsense*? Os físicos Alan Sokal, da Universidade de Nova Iorque, Jean Bricmont, da Universidade de Louvain, em seu excepcional exercício de crítica *Imposturas intelectuais – o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos* (Trad. Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999. 316 p.). E o fizeram com a mais irretocável competência, honestidade e elegância acadêmica.

Antes das invectivas de Sokal e Bricmont, já o historiador Richard Morse, referindo-se aos “ágeis comentaristas franceses modernos”, expressara o ponto de vista de que a contribuição desses intelectuais não passaria de “um exercício um tanto incoerente de superficialidade pomposa”, lamentando que “os franceses [tenham